

Colóquio “Migração Consciente”

É com muito gosto que me associo à evocação da passagem do 49.º aniversário da independência de São Tomé e Príncipe que, em boa hora, o Senhor Embaixador de São Tomé e Príncipe em Portugal, o meu querido amigo Esterline Gonçalves Género, tomou a iniciativa de promover.

Ao fazê-lo, sendo os demais intervenientes convidados também para o fazerem, eu tenho a vantagem de ter ouvido de todos excelentes alocações sobre o tema que aqui nos trouxe a “Migração Consciente”.

O facto de ser o último orador, possibilita-me abordar um domínio que, embora sem a excelência das intervenções que ouvi, é particularmente importante por respeitar à geopolítica e às alterações vertiginosas que após a queda do mundo bipolar, com a implosão da ex-URSS, se passaram a verificar à escala planetária.

A queda do mundo bipolar deu causa à globalização e com ela à ocorrência de profundas transformações económicas, políticas e sociais, sob um pano de fundo caracterizado pelo enorme reforço da liberdade de circulação de pessoas e bens e ao alargamento de espaços económicos supranacionais, em todos os azimutes.

No plano político, universalizou-se o conceito da democracia liberal, conduzindo-se a processos eleitorais de transição, com base no princípio de que a qualquer cidadão deveria corresponder um voto.

Os regimes autoritários, de direita ou de esquerda, foram assim objeto de eleições livres, frequentemente alcançadas com prevalência da forma em detrimento da substância, dando ulteriormente lugar a tensões e conflitos, quando senão a guerras, como hoje facilmente descortinamos, por desfasamento do exercício da política com a realidade.

Este quadro viria a propiciar o advento do populismo.

Seja como for, na primeira fase da era da globalização, para além destas alterações de natureza política, os espaços económicos supranacionais foram alargados - como disse - desde a Europa às Américas, passando por África, sem esquecer a Ásia, tudo a desenrolar-se em simultâneo com a criação da Organização Mundial do Comércio.

A este período de transformação do mundo correspondeu inicialmente a unipolaridade, com a hegemonia política, económica e militar dos EUA que nesse período, acelerou, como referi, a maior mobilidade de circulação à escala planetária, incentivando processos migratórios, tendo presente ainda a maior liberdade de circulação de pessoas e bens.

Como é sabido, esta realidade é hoje do passado, porque atualmente o que preenche a essência do quadro mundial é a multipolaridade, resultado da erupção de novos protagonistas à escala planetária, que buscam outros reequilíbrios, já não os que existiam na bipolaridade nem na unipolaridade, com novos poderes, alguns deles emergentes e que anseiam ter uma palavra no devir mundial.

Devemos ter esta realidade presente para se entenderem as razões da influência da realidade exógena dos países, ou seja, a envolvente mundial externa que está presente no aceleração dos processos migratórios, incluindo no interior dos próprios países.

A este quadro não podemos nem devemos deixar de ponderar as consequências da pandemia da Covid-19, com início no primeiro trimestre de 2020 e que se prolongou até ao início do segundo trimestre de 2022, dando lugar, ao invés, a fortes condicionalismos na mobilidade da circulação de pessoas e bens à escala planetária.

Esses condicionalismos agravaram fortemente as desigualdades internas, sentidas de forma diferenciada em função do grau de desenvolvimento dos países, mas afectando com maior gravidade os países menos desenvolvidos.

Entende-se esta situação face ao encerramento de um número muito significativo de empresas, que afectaram o mercado de trabalho, situação que se tornou mais aflitiva mercê do aumento vertiginoso de bens essenciais, particularmente os bens alimentares.

A carência de cereais, por exemplo, preencheu manchetes nos órgãos de comunicação social, por ocasião do impacto da guerra na Ucrânia e da importância que este país tem no domínio da produção agrícola.

África foi, neste quadro, particularmente referenciada pelo drama da fome e pelo êxodo das populações, aqui e além também pela decorrência de conflitos armados no próprio continente, de que o norte de Moçambique foi também então exemplo, pela ação do terrorismo islâmico.

Não admira, por isso, que os processos migratórios se intensificassem após a pandemia, atendendo ao descrito no período anterior, iniciado com a globalização, com pressão sobre os países mais desenvolvidos, fossem os EUA ou os países da U.E., por exemplo.

As últimas eleições para o Parlamento Europeu tiveram, por isso, uma das molas impulsionadoras dos debates os processos migratórios, o mesmo sucedendo nos EUA à porta das eleições presidenciais, que terão lugar em novembro próximo.

Porque a iniciativa que nos mobilizou para este Colóquio tem por tema a “Migração Consciente”, que partiu - e muito bem - de um país africano de língua portuguesa, no caso São Tomé e Príncipe, também ele sujeito a fortes pressões de emigração, conforme ouvimos do senhor representante do PNUD no país, é útil termos algumas reflexões finais.

Estas reflexões têm a ver com o facto de o continente africano ter uma média etária muito baixa, sucedendo mesmo que a maioria da população tem menos de 20 anos.

Considerando que a fertilidade das mulheres em África tem em média entre 5 a 7 filhos, isto significa que, em geral, o crescimento demográfico é superior ao crescimento económico, sendo assim muito difícil quebrar-se o círculo vicioso da pobreza se não forem adotadas medidas adequadas para inverter esse círculo, desde logo numa lógica de planificação familiar e educação sexual, que limitem os processos de emigração.

Essa inversão não pode deixar de assentar na priorização da defesa da autossustentabilidade dos países, o que significa a prevalência da atenção ao sector primário, no caso, a agricultura, a agropecuária e a pesca, diversificando-se a economia para estes objetivos.

Para além disso, que fará reduzir o enorme peso das importações, incluindo de bens alimentares, desonerando o orçamento de verbas avultadas, há que ter em atenção, sobretudo na parte continental do continente africano, que a enorme concentração populacional nas grandes

ciudades exige também uma planificação de respostas que são incompatíveis com a gestão do dia-a-dia face à magnitude e dimensão do que está em jogo.

O século XXI, ou seja, o século actual, é caracterizado por ser o século das cidades, em que mais de 70% da população mundial viverá nelas em 2050.

Como responder a este desígnio sem uma forte planificação e descentralização?

Para se ter uma ideia do que estamos a falar, estudos recentes da ONU dão-nos conta que no final deste século, Angola será o país mais populoso de entre os países de língua portuguesa, ultrapassando o Brasil.

O crescimento demográfico diferenciado no Brasil e em Angola, justifica-o.

Quer isto dizer que em África os combates aos processos migratórios implicam respostas à priorização do sector primário das economias e à planificação dos objectivos estratégicos que as cidades devem salvaguardar, incompatível com uma governação à bolina ou seja, para o imediato, cuidando também como a menina dos próprios olhos, da transparência do exercício da actividade política, por ser este que conduz à recriação da esperança no futuro.

É o que se me oferece dizer.

Vítor Ramalho
(Secretário-geral da UCCLA)